

Educação e Desenvolvimento Local: pressupostos teóricos e práticos de uma relação virtuosa a partir do estudo de caso do município de Alvito

Education and Local Development: theoretical and practical assumptions of a virtuous relationship based on the case study of the municipality of Alvito

Sandra Saúde ¹, Sandra Lopes², Filomena Machado ³

¹ ssaude@ipbeja.pt, Instituto Politécnico de Beja e CICS.NOVA, Portugal

² slopes@ipbeja.pt, Instituto Politécnico de Beja e CICS.NOVA, Portugal

³ filomena.machado@ipbeja.pt, Instituto Politécnico de Beja, Portugal

Educação e Desenvolvimento Local: pressupostos teóricos e práticos de uma relação virtuosa a partir do estudo de caso do município de Alvito

RESUMO

Neste artigo, e tendo por base a dinâmica comunitária criada à volta da conceção do Plano Estratégico Educativo do Município de Alvito, localizado no Baixo Alentejo, procuramos refletir como num território do interior, profundamente fragilizado com as tendências pesadas de todos os principais indicadores socioeconómicos, se procura “(re)inventar” a sustentabilidade local tendo por base a aposta estruturante na educação. A educação vista como vetor de valorização socioeconómica e como fator diferenciador e construtor de uma marca territorial.

Num cenário marcado por escassa população, tendencialmente longa e não fecunda, com poucas possibilidades de emprego, “o acesso à educação é das medidas de investimento mais reprodutivas no processo de desenvolvimento (Simões Lopes, 2006: 52). Além de potenciar o rejuvenescimento da população, o acesso à educação reforça a resiliência estratégica comunitária.

Parte-se da reflexão sobre a relação existente entre educação e desenvolvimento, do ponto de vista teórico e prático, para, a partir do estudo do caso do município de Alvito, refletir e questionar como o potencial de desenvolvimento local de uma comunidade pode ser profundamente alterado se se aliarem positivamente capacidade de liderança e de governança e a assunção da aposta estratégica na qualificação da comunidade como via de diferenciação e de desenvolvimento local.

Palavras-chave: *Desenvolvimento Local; Educação; Governação local*

ABSTRACT

In this article, and based on the community dynamics created around the conception of the Municipal Strategic Education Plan of Alvito, we reflect on how an inland municipality located in Baixo Alentejo (Portugal), socioeconomically fragile, seeks to (re)invent itself by structurally investing in education. Education seen as a vector of socioeconomic valorization and as a differentiating factor of a territorial brand.

In a scenario characterized by a scarce population, tending to be long-term and unproductive, with limited employment possibilities, "access to education is one of the most reproductive

investment measures in the development process" (own translation: Simões Lopes, 2006: 52). In addition to enhancing the rejuvenation of the population, access to education reinforces strategic community resilience.

It starts with the analysis of the theoretical and practical existing relation between education and development, to reflect on and question how the local development potential of a community can be profoundly altered by positively allying leadership and governance capacity to assume a strategic bet on community qualification as a way of differentiation and local development, taking in account the study of the case of municipality of Alvito.

Keywords: *Education; Local Development; Local Governance.*

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo apresentar o caso da construção do Plano Estratégico Educativo Municipal de Alvito (PEEMA) 2017-2021¹, que incluiu a revisão da Carta Educativa. Tendo por base a dinâmica comunitária criada à volta do PEEMA, procuramos refletir como num território do interior, profundamente fragilizado com as tendências pesadas de todos os principais indicadores socioeconómicos, se procura (re)inventar a sustentabilidade local tendo por base a aposta estruturante na educação. Ancorados nos pressupostos teóricos e práticos da sociologia de ação pública, o PEEMA assume-se como um instrumento de política educativa municipal que, sustentado numa forte dinâmica de construção partilhada por todos os atores locais, visa como objetivo fundamental: consolidar o desenvolvimento sustentado e sustentável do município de Alvito através da aposta na educação e na qualificação de pessoas e estruturas.

2. EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: PRESSUPOSTOS DE UMA RELAÇÃO TEÓRICA E PRÁTICA

A valorização do papel central do local e das comunidades nas dinâmicas de desenvolvimento resulta da viragem de paradigma, registada na década de 70, ao nível do conceito de Desenvolvimento. Até aí associava-se Desenvolvimento, quase exclusivamente, às dinâmicas de crescimento económico e de industrialização defendidos numa lógica funcionalista e difusionista em que os “únicos” agentes considerados portadores de modernidade eram o Estado, as grandes empresas industriais e as grandes aglomerações urbanas. A não verificação do até aí proclamado “crescimento económico difusionista”², teve como resultado o agravar das disparidades regionais deixando sem resposta um amplo leque de importantes necessidades dos indivíduos, o que fez emergir reivindicações locais e a mobilização dos seus representantes para a necessidade de estratégias de desenvolvimento integradoras dos seus recursos e potencialidades (Amaro, 1998).

Nesta viragem de paradigma, em que desenvolvimento pressupõe o progresso sustentado e sustentável das comunidades e das pessoas, um dos conceitos que lhe foi de imediato associado é o de educação, ambos equacionados com maior ou menor grau de correspondência, dependendo das abordagens vigentes. Neste domínio, uma das teorias que

¹ Processo efetuado via contratualização efetuada com o Instituto Politécnico de Beja e, em concreto, com as autoras deste artigo.

² Visão do desenvolvimento regional enquanto processo de difusão desencadeado a partir de polos ou regiões com maior dinamismo económico.

que reuniu maior aceitação, e que vigorou durante mais anos, foi a Teoria do Capital Humano que defende a existência de uma relação positiva, e linear, entre educação e desenvolvimento económico. São diversos os estudos que procuraram demonstrar uma “associação forte” entre o aumento dos níveis de escolaridade da população e o crescimento económico do país (Alves, Centeno e Novo, 2010; Caleiro, 2009; Cremin e Nakabugo, 2012; Simões Lopes, 2006; OECD/UNESCO, 2002; UNESCO, 2009). No entanto, como acontece frequentemente com tudo o que é concetualizado de forma linear, muitos foram os autores que, entretanto, identificaram fragilidades da teoria dominante (Cardoso, 2011; Cremin e Nakabugo, 2012; Walker e Unterhalter, 2007), destacando os desfasamentos existentes entre as necessidades dos mercados (diversos e em constante mutação) e a qualidade/ajustamento das qualificações desenvolvidas. É também criticada a conceção fechada do ser humano como recurso económico e produtivo, advogada pela Teoria do Capital Humano, sem a devida contextualização e consideração das características dos contextos sociais envolventes. Segundo Azevedo (2000) a fragilidade da Teoria do Capital Humano resulta, essencialmente, do facto de não considerar a relação inequívoca existente entre investimento educativo e o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, ligadas à realização pessoal, à cultura e ao civismo. Adicionalmente, não contempla a complexidade de fatores, exógenos e endógenos, que medeiam a relação educação/desenvolvimento, assumindo o desenvolvimento como sinónimo de crescimento económico.

Neste âmbito, tornou-se por mais evidente a necessidade de uma mudança no modo de conceber a relação educação/desenvolvimento, passando da análise fria dos conhecimentos técnicos, das qualificações, do capital cultural, das competências, entre outros, para uma visão mais completa que se centra, como diz Nussbaum (2000), naquilo que é o efeito diferenciador da educação: o enriquecimento das capacidades de *ser* e de *fazer* de pessoas e comunidades. A educação é assim vista como promotora do des-envolvimento³ integrado dos territórios e do desenvolvimento local e não exclusivamente associada ao potencial de crescimento económico que pode gerar. A educação é a base da consciencialização e esta da participação, condições fundamentais para o sucesso de qualquer processo de desenvolvimento regional (Cabugeira, 2000).

Sen (1997), que juntamente com Nussbaum, são os precursores desta abordagem, sublinha que o foco não deve estar nos recursos, nem mesmo no bem-estar gerado de forma direta ou

³ Seguindo a aceção defendida por Amaro (2003: 66): “(...) libertação dos «invólucros», «envolvimentos», «rolos», «embrulhos» que impedem a libertação e a realização das sementes e das potencialidades embrulhadas nos indivíduos, nos grupos sociais e nas sociedades.”

indireta pela educação, mas sim nas “capabilidades” das pessoas, isto é, no desenvolvimento de condições ideais para garantir a liberdade individual de escolha do seu modo de vida. A tónica não é colocada nos recursos ou nos resultados, mas sim nas condições que permitam aos indivíduos decidir com base no que mais valoram e nas oportunidades tidas. Esta abordagem permitiu que se caminhasse de uma visão instrumental da educação para uma visão mais global e essencialista, ou seja, com acento tónico sobre a sua origem e essência humanista (Azevedo, 1996).

Sendo o desenvolvimento local um processo, “(...) de carácter local e endógeno, assente na mobilização voluntária, cujo objectivo é originar acções com as quais se produzem sinergias entre agentes, tendo em vista qualificar os meios de vida e assegurar bem-estar social” (Reis, 1998: 80), a educação constitui, naturalmente, um dos seus principais elementos estruturais e estruturantes. Na realidade os dois conceitos partilham a mesma finalidade: alcançar melhores condições de vida e uma melhor humanização nas comunidades. Uma comunidade desenvolvida ostenta geralmente melhores resultados educativos e melhorias na educação ajudam a promover o bem-estar económico e social, elevando as possibilidades de desenvolvimento social (Gómez, Freitas e Callejas, 2007). Adicionalmente, as próprias dinâmicas e projetos de promoção do desenvolvimento local são por si educativos e formativos, “(...) de natureza informal” (Amiguinho, 2005: 15) na medida em que potenciam o trabalho e a aprendizagem “ (...) no "ombro a ombro" dos actores, enquanto agem sobre os seus problemas.” (idem). Citando Azevedo (2009: 12) “ (...) a educação está no início, no meio e no fim dos processos de desenvolvimento social e local”.

2.1. O “local” como “centro” das dinâmicas educativas

No quadro das políticas educativas, o “local” tem emergido como o lugar privilegiado para a construção de novos referentes – estudos, planos, investigações, novos quadros legislativos, que atestam a importância e a influência que tem vindo a ser dada aos atores locais, no domínio da educação. Neste campo, tem sido, por diversos autores, ressaltada a importância dos conceitos de território educativo e de territorialização. A ideia de território educativo apareceu pela primeira vez, em Portugal, segundo Pinhal (2014: 9) “ (...) no final da década de 80, na sequência da aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo”. Assume-se, na altura, como um conceito associado a “ (...) uma realidade estritamente escolar já que apenas as escolas concorriam para a sua formação e ação”, entendimento que persistiu, quer nas orientações para a elaboração das primeiras cartas educativas municipais quer, mais tarde, na constituição dos agrupamentos de escolas. Em contraponto, emergiu, entretanto, a

representação de território educativo como “(..) um espaço e um tempo organizados para a definição e realização de um projeto educativo local, que seja a contribuição educacional para o processo de desenvolvimento local» (Pinhal, 2014: 9). Intrinsecamente associado a esta “nova” representação está o conceito de territorialização, que remete para a valorização do local, como espaço de construção de políticas educativas e, sobretudo, para a “(..) apropriação, de uma determinada comunidade, de diversos espaços sociais” (Barroso, 2013: 21).

O local é, nos dias de hoje, o palco de múltiplos perfis de política e de ação educativa que se foram configurando em função da forma como os protagonistas locais: autarcas, professores, famílias, dirigentes associativos e outros, foram interpretando o espaço que lhes foi sendo delegado pelo ministério de educação. “Contudo, a diversidade de atuações das autarquias no campo da regulação local da educação é imensa e inclui um intervalo que vai desde os municípios que pouco ou nada “olham” para a educação local, até aos municípios com grandes programas integrados de ação no terreno das escolas e da educação não formal e informal e com capacidade instalada de diálogo tanto com os agrupamentos de escolas, como com os pais e outros atores sociais locais, quer via Conselhos Municipais de Educação quer por outras vias informais de concertação local”. (Azevedo, 2015: 96).

A respeito Muñoz e Gairín (2015) identificam quatro tipos de envolvimento municipais na educação (e respetivos indicadores), a saber:

- o “município que não se compromete” com a educação;
 - o “município que cumpre”, ou seja, que cumpre o estipulado nas normas, que restringe a territorialização da educação às escolas, onde não há qualquer planeamento estratégico e onde os técnicos trabalham isoladamente, não há cultura de participação e de avaliação e os recursos são insuficientes;
 - o “município que se compromete”, ou seja, que tem uma visão institucional da educação, que abarca os adultos e as oportunidades abertas pela educação permanente e ao longo da vida, onde existe participação e avaliação, onde há recursos suficientes, onde há uma cultura de colaboração e onde se aspira a uma maior corresponsabilidade na educação;
- e
- o “município que transforma”, ou seja, que explora ao máximo a autonomia institucional de que dispõe, que concebe a educação como um instrumento de transformação permanente ao longo de toda a vida, onde os processos educativos que

se promovem se centram na aprendizagem e no enriquecimento do currículo, onde existe participação vinculativa, onde se fomenta a cooperação e a autoavaliação, onde o investimento em educação é considerado muito importante, os recursos são bons e onde se aspira a ser localmente uma administração educativa.

Neste domínio, são cada vez mais consensuais as tendências assumidas por Albaigés (2012) citado por Azevedo (2015: 98-99), que defende que: “i) o grau de corresponsabilidade dos municípios em matéria de educação tem uma clara influência positiva na participação das redes educativas locais, seja na participação no diagnóstico da realidade local, seja no envolvimento nas estruturas de coordenação que monitorizam o processo de desenvolvimento das intervenções; ii) a participação do “tecido associativo” local na educação é importante não só na provisão de oportunidades educativas, mas também na valorização social da instituição escolar e na geração de expectativas nos alunos; iii) o “mapa de políticas educativas” intermunicipal, mais do que ver as suas diferenças explicadas por factores de contexto (composição social, necessidades educativas, etc.), explica-se “pelo posicionamento mais ou menos ativo dos municípios na hora de planificar, diversificar e avaliar políticas”.

O caminho da, por alguns designada, “coordenação local da educação” tem vindo a ser feito, de forma lenta, mas progressiva em Portugal. Há exemplos significativos, e dignos de realce, que demonstram que o pensamento e a ação local no domínio da educação têm ganho representantes em número crescente que, mesmo entre o peso controlador do estado, assumem e definem a educação como um dos pilares fundamentais de toda a dinâmica de desenvolvimento comunitário. Um desses exemplos é a dinâmica criada no concelho de Alvito, fortemente impulsionada pela sua autarquia.

3. A EDUCAÇÃO COMO VETOR ESTRATÉGICO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: A APOSTA DO MUNICÍPIO DE ALVITO

3.1. Breve caracterização da dinâmica socioeconómica e educativa do município de Alvito

O município de Alvito, um dos mais pequenos do Baixo Alentejo e do país, situa-se no território de transição entre as NUTS III Alentejo Central e Baixo Alentejo e dista sensivelmente 40 Km das cidades de Beja e de Évora. Possui uma superfície de 264,85Km² e encontra-se dividido em duas freguesias – a freguesia de Alvito, a sede de município, e a freguesia de Vila Nova da Baronia.

De acordo com o último recenseamento (2011), a população residente em Alvito era de 2.504 habitantes, correspondente a 2% dos residentes na NUT III Baixo Alentejo. Segundo as estimativas mais recentes (2015), a população residente passou a 2.485 indivíduos, o que corresponde a um decréscimo de 19 habitantes.

A população do município de Alvito caracteriza-se por uma estrutura duplamente envelhecida - em 2011, existiam 217,3 velhos por cada 100 jovens e níveis de sustentabilidade potenciais preocupantes – o índice de sustentabilidade da população em idade ativa rondava os 90, em 2011, o que significa que as perdas de efetivos que abandonam a atividade profissional (55-64 anos) não são compensadas pelas entradas, em igual número, dos que iniciam a sua atividade profissional (20-29 anos).

O município encontra-se relativamente bem servido de equipamentos educativos, sociais, culturais e desportivos, associados a uma elevada dinâmica, quer proporcionada pelo papel das associações locais (culturais, desportivas e de intervenção social), quer pela oferta proporcionada pela autarquia. Existe oferta educativa ao nível da educação pré-escolar, ensino básico e ensino secundário profissional. Com exceção desta última, toda a oferta é garantida pelo Agrupamento Vertical de Escolas de Alvito. Para prosseguimento de estudos no ensino regular secundário, os jovens residentes no município de Alvito têm de deslocar-se para os municípios limítrofes (Viana do Alentejo, Beja ou Évora). A oferta de ensino profissional é garantida pela Escola Profissional de Alvito (EPA), onde se lecionam cursos profissionais de nível IV e vocacionais de nível II.

A EPA atrai muitos estudantes oriundos de outros municípios. A proveniência dos alunos da EPA revela a elevada capacidade de atração desta escola, facto que se tem mantido constante na última década: o peso dos alunos não oriundos de Alvito ultrapassa os 80%, em todos os anos letivos⁴. A EPA atrai alunos oriundos de diversos concelhos, em que se destacam: Beja, Ferreira do Alentejo, Viana do Alentejo, Alcácer do Sal, Vidigueira e Cuba.

Em 10 anos (2001/11) o nível geral de habilitações da população residente em Alvito evoluiu de forma muito positiva, visível, quer na diminuição da taxa de analfabetismo (passou de 16%, em 2001, para 14%, em 2011), quer no aumento da população residente com níveis de ensino mais elevados (os detentores de diploma de ensino secundário passaram, em 2001, de 4,9%, do total da população, para 9,5%, em 2011; e os residentes com um curso superior passaram de 2,8% para 5,4%, *idem*).

⁴ Carta Educativa de Alvito, 2016.

A intervenção autárquica, a nível educativo, é bastante intensa e abrangente, garantindo uma forte cooperação com todos os atores locais e regionais, assegurando diversas componentes de apoio educativo e logístico, mas, também, múltiplas atividades de educação não formal e informal em cooperação com o agrupamento de escolas, com a EPA e com as múltiplas associações culturais e desportivas existentes em Alvito.

Em termos globais a dinâmica socioeducativa existente em Alvito é sintetizada na seguinte matriz SWOT (Quadro 2) onde se salientam os pontos fortes e fracos, as oportunidades e ameaças do território educativo de Alvito⁵.

Quadro 2: Matriz SWOT da dinâmica socioeducativa de Alvito (síntese)

Pontos Fortes	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria expressiva, nos últimos 10 anos, do nível geral de habilitações da população residente; • Forte dinâmica associativa; • Muito boa oferta de equipamentos culturais, educativos e desportivos; • <u>Boa oferta de apoios educativos pela autarquia e forte participação na dinâmica educativa;</u> • Existência de oferta de ensino alargada (pré-escolar, ensino básico e profissional); • Dinâmica da Universidade Sénior; • Estabilidade do corpo docente da EPA; • Ambiente de proximidade nas comunidades educativas (associações e escolas). • Elevada capacidade de captação de alunos (não residentes no município) pela EPA.
Pontos Fracos	<ul style="list-style-type: none"> • Instabilidade do corpo docente do Agrupamento de Escolas de Alvito; • Lacunas e deficiências de alguns espaços interiores e exteriores no edifício sede do agrupamento de escolas; • EPA a funcionar em edifícios pré-fabricados há mais de 15 anos e a necessitar de requalificação; • Tendência pesada de nível de analfabetismo elevado entre a população idosa; • Fraca participação/valorização do contexto educativo pelas famílias.
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> • Fileira formativa, articulada entre os níveis de ensino, nas áreas orientadas para o agroalimentar e turismo; • <u>Reforço do potencial de atratividade da EPA para a revitalização sociodemográfica e económica do município, nomeadamente, através da construção de um novo edifício com melhores condições de ensino/aprendizagem, com apoio da Câmara Municipal de Alvito;</u> • <u>Desenvolvimento de um Plano Estratégico Municipal, coletivo e partilhado, no domínio educativo e formativo, com contratualização de responsabilidades e metas até 2021 entre os vários atores locais;</u> • <u>Exploração pedagógica e económica da Pousada do Castelo de Alvito por parte da EPA, com apoio do Município de Alvito.</u> • <u>Construção de uma creche, colmatando uma lacuna de oferta existente no município.</u>

⁵ Para maior detalhe consultar o documento Carta Educativa de Alvito, 2016.

Ameaças	<ul style="list-style-type: none"> • Sustentabilidade demográfica e duplo envelhecimento populacional; • Manutenção da instabilidade do corpo docente do Agrupamento de Escolas; • Enfraquecimento da dinâmica associativa; • Aumento do distanciamento entre famílias e contexto escolar. • <u>Deterioração da qualidade da relação município-escolas-famílias-associações locais com impacto negativo na dinâmica educativa e formativa.</u>
----------------	---

Fonte: Plano Estratégico Educativo Municipal de Alvito, junho 2017.

A autarquia de Alvito, tal como se pode deduzir a partir do constante no Quadro 2, tem um papel muito importante na dinâmica educativa. Constitui-se como um elo agregador das ações e vontades locais e que assume, de forma clara e distintiva, a educação como um dos pilares promotores do desenvolvimento socioeconómico do município. Esta aposta está, sobretudo, alicerçada em duas evidências transversais da realidade local, a saber:

- 1) o facto da EPA, muito vocacionada para as áreas de hotelaria e restauração, constituir uma referência regional/nacional na área, o que atrai inúmeros jovens ao município oriundos de diversos concelhos do Alentejo
e,
- 2) existirem ao total 21 associações socioculturais, desportivas e ambientais⁶ que em muito enriquecem, na vertente não formal, a oferta educativa das escolas, e asseguram a preservação do património local.

Complementarmente, é de destacar o firme objetivo da autarquia em apostar forte no domínio da educação e formação de adultos, de cariz formal e não formal, através da garantia de um plano de formação muito diversificado e dirigido a toda a população, que permita, entre outras, enriquecer as competências parentais, a literacia financeira, o espírito de participação cívica e de voluntariado e/ou o conhecimento tido sobre os recursos culturais e patrimoniais existentes na comunidade. Aposta-se na educação como pilar do desenvolvimento integrado do município.

3.2. A educação como vetor fundamental do planeamento estratégico do município de Alvito

Neste quadro de especial valorização da educação, o Município de Alvito decidiu avançar, em 2015, para a reestruturação da sua política educativa tendo por base um Plano Estratégico e de Ação a 4 anos⁷. Com carácter totalmente inovador, no contexto dos municípios que constituem o Baixo Alentejo, interessou à autarquia de Alvito sustentar a aposta na educação,

⁶ Fonte: Carta Educativa do Município de Alvito, 2016.

⁷ Para o efeito, contratualizou o apoio à sua conceção ao Instituto Politécnico de Beja, especificamente, à equipa que assume a autoria deste artigo.

como pilar promotor do desenvolvimento local, no âmbito de um plano claro e objetivo com responsabilidades e metas, consensualizado e contratualizado com todos os atores locais (escolas, famílias, associações locais, empresas, órgãos da administração central e regional, comunidade em geral). No Plano Estratégico Educativo do Município de Alvito (PEEMA), a vigorar de 2017 a 2021, assume-se como desígnio: *consolidar Alvito como um Município Educador e com uma dinâmica e uma ALMA MAIOR, que sua geografia, reconhecido, por todos, como valorizador da qualificação da sua população e dos seus recursos.*

Assumindo-se como uma resposta integrada às necessidades da comunidade, a elaboração do PEEMA visou operacionalizar a vontade do município em qualificar, e melhorar, a educação e a formação de todos os munícipes, em todas as fases e contextos de vida, através da otimização dos recursos disponíveis.

Globalmente, assumiram-se como principais objetivos para o PEEMA:

1. Definir a missão e a visão desejadas para o Território Educativo de Alvito num horizonte de 4 anos (2017-2021);
2. Facilitar e promover a dinâmica de desenvolvimento local;
3. Potenciar a melhoria dos espaços de trabalho e das ofertas educativas, formais e não formais, existentes em Alvito;
4. Corresponsabilizar os atores locais e educativos, tendo em vista a melhoria da dinâmica educativa e de desenvolvimento municipal;

A construção do PEEMA desenvolveu-se num formato de «*metodologia participativa de projeto*», visando caracterizar os contextos sociais e compreender a ação dos agentes, desde a descrição da realidade passada e atual, às dinâmicas e processos, à representação/expectativas dos agentes face ao contexto futuro que será portador de mudança (Guerra, 2000). A construção de um processo de planeamento participado, constituiu a orientação metodológica fundamental, já que se procurou dinamizar um processo coletivo de mudança baseado na construção partilhada de um plano de ação. O modelo conceptual da relação entre agentes e campos de ação evidencia esse processo partilhado, assumido a nível político e inscrito no modelo de construção efetivo do PEEMA (Figura1).

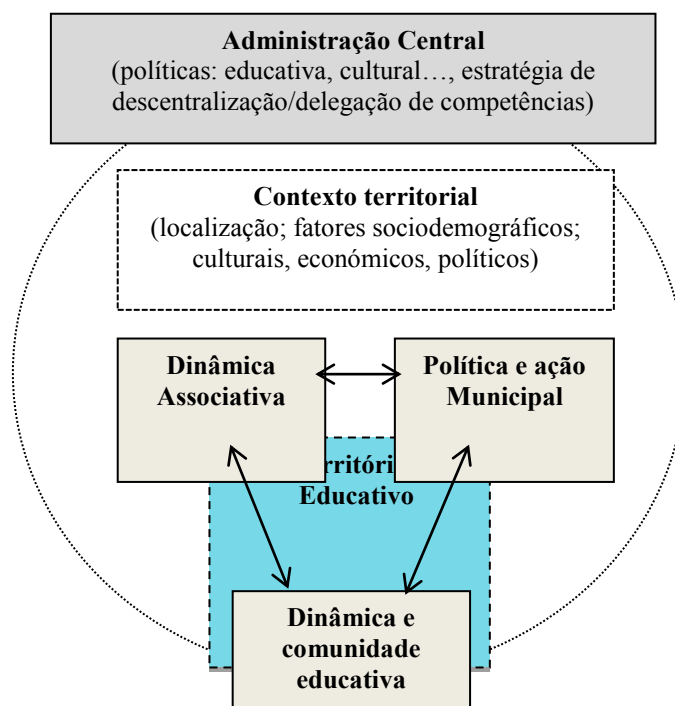


Figura 1: Modelo de Análise

Fonte: Plano Estratégico Educativo Municipal de Alvito, junho 2017.

A abordagem holística ao conceito de educação está bem visível no Plano de Ação do PEEMA estruturado em 5 eixos estratégicos, visando-se estimular a construção partilhada de projetos, e iniciativas, que contribuam para a formação integral de todos/as (jovens e adultos), bem como, para a qualificação das estruturas e agentes locais. Os eixos apresentam-se como multidimensionais, pois entrecruzam-se com outros campos e dimensões da vida comunitária. Assim:

- O Eixo 1- ***Consolidar a qualidade e o reconhecimento dos processos formativos***, integra intervenções orientadas para a qualificação dos espaços educativos e para a aposta na marca Alvito como município Educador;
- O Eixo 2 - ***Apostar num ecossistema acolhedor, inovador e impulsionador do empreendedorismo***, cria condições para apostar no empreendedorismo com diferentes públicos e em diversos contextos;
- O Eixo 3 - ***Melhorar os níveis de qualificação e de sucesso educativo***, orienta-se para a melhoria de resultados educativos;

- O Eixo 4- *Enriquecer a cidadania participativa, solidária e o sentimento de pertença*, alberga as intervenções destinadas ao reforço da dinâmica associativa e de voluntariado;
- O Eixo 5- *Reforçar a aposta na valorização dos recursos endógenos para a diferenciação educativa, cultural e económica*, visa apostar e consolidar projetos distintivos ancorados nos elementos patrimoniais locais.

Os 5 eixos estratégicos do PEEMA integram treze (13) intervenções, cuja concretização passará pelo desenvolvimento de ações cuja responsabilidade de execução será partilhada pelos parceiros locais. Para cada ação foram definidos objetivos, metas, indicadores de realização, de resultado e de impacto, bem como, os recursos financeiros e o respetivo cronograma de execução, o que tornou necessário entendimentos e a partilha de compromissos. Este *modus operandi* corresponsabiliza todos, desde a conceção à execução. Corresponsabiliza todos na ação específica, mas, também, na prossecução das metas globais, pilares da proposta, a saber:

Quadro 3: Metas assumidas no PEEMA

Indicador	Meta em 2020
Taxa de Analfabetismo	Diminuir 4%
Proporção da População residente com pelo menos o 3º ciclo do Ensino Básico Completo	Aumentar 7%
Proporção da População residente com pelo menos o Ensino Secundário	Aumentar 3%
Proporção da População residente, com idades compreendidas entre os 30 e 34 anos, com ensino superior completo	Aumentar 5%
Taxa de sucesso escolar (1º ciclo, 2º ciclo e 3º ciclo do Ensino Básico)	Aumentar 1,5%
Taxa de transição de ciclos (1º ciclo, 2º ciclo, 3º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário)	Aumentar 1,5%
Taxa de abandono escolar (Proporção da População residente com idade entre 10 e 15 anos que abandonou a escola sem concluir o 9º ano)	Diminuir 1%
Número de jovens que criaram novas empresas instaladas em Alvito	Pelo menos 4
Número de alunos a frequentar a EPA	Aumentar 10%

Fonte: Plano Estratégico Educativo Municipal de Alvito, junho 2017.

A educação é o recurso aglutinador de esforços, iniciativas e vontades de todos os atores locais em prol da promoção do desenvolvimento, respeitando-se, sempre, o papel singular e a autonomia de cada agente. Ao assumir este propósito, coloca-se a autarquia de Alvito ainda mais no centro da coordenação local das políticas socioeconómicas, ao assumir naturalmente uma ação mais consequente e implicada na área da educação do que a que resulta da delegação inscrita na lei.

A aposta na educação enquanto fator promotor do desenvolvimento local resulta da assunção defendida pelo próprio Presidente de Câmara de Alvito de que *“uma sociedade sustentável, com economia sólida e competitiva, exige uma população qualificada, educada, capaz de entender o mundo e agir nele. Importa valorizar o que se faz em ambiente escolar mas, também, a que se faz em ambiente não formal e que ajuda à qualificação e à promoção do exercício da cidadania e da participação cívica”*⁸.

Complementarmente, também interessa à autarquia de Alvito exponenciar o “potencial de utilização” dos recursos educativos (e culturais) existentes no município em benefício da dinamização da economia local, da criação de emprego e do rejuvenescimento demográfico. Para o efeito, é defendida a necessidade de uma aposta forte na consolidação de uma fileira formativa, associada às áreas do património agroalimentar e turismo, construída a partir da sinergia de trabalho entre Agrupamento de escolas e EPA e que se assuma, na região, como marca formativa distintiva.

A valorização do potencial educativo e socioeconómico do ensino profissional é, também, uma aposta forte. A exploração pedagógica e turística da Pousada do Castelo de Alvito pela EPA, com o apoio da Câmara Municipal, é uma das ações já concretizadas nesse sentido. Acresce ainda, a requalificação do espaço de funcionamento da EPA, a concretizar-se em 2017, que permitirá diversificar e aumentar a oferta formativa e criar melhores condições para o crescimento do número de alunos.

A assunção clara de responsabilidades partilhadas e de metas a atingir em 2021 consolida o PEEMA como um dos instrumentos estruturantes da política municipal a seguir em Alvito, nos próximos anos, sustentada nos pressupostos da existência de uma relação virtuosa entre educação e desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este artigo quisemos dar conta de uma experiência em curso no município de Alvito, cujos resultados expectáveis ultrapassam a produção teórica e encontram-se ancorados em mudanças esperadas ao nível da capacidade dos atores locais para coletivamente reunirem esforços em torno da aposta na educação e na qualificação da comunidade (pessoas e estruturas) com vetor fundamental do desenvolvimento social e económico de Alvito. Do processo ficam evidentes a vontade e a persistência do município em fazer do PEEMA um

⁸ Opinião partilhada pelo presidente da Câmara Municipal de Alvito sobre os objetivos do Plano Estratégico Educativo do Município de Alvito, no âmbito de reuniões de trabalho realizadas entre as autoras deste artigo e o próprio.

pilar da política de desenvolvimento local, que seja expressão da identidade territorial, assente numa visão da educação como motor da mudança a favor das populações e do território.

Referências

Amaro, Rogério Roque (1998), O Desenvolvimento Local em Portugal – As Lições do Passado e as Exigências do Futuro, *A Rede para o Desenvolvimento Local*, Faro: Associação IN LOCO, pp.60-64

(2003), Desenvolvimento – Um conceito ultrapassado ou,em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria, *Cadernos de Estudos Africanos*, 4, pp.36-68.

Albaigés, Bernat (2012), *Desigualtats territorials i corresponsabilitat dels ajuntaments en el desplegament de polítiques educatives*, in Diaz L. (2012) (Ed). *Polítiques públiques dels municipis catalans*, Barcelona: Fundació Carles Pi i Sunyer, pp.19-106.

Alves, Nuno, Centeno. Mário & Novo, Álvaro (2010), O Investimento em Educação em Portugal: Retornos e Heterogeneidade, *Boletim Económico Primavera*, 16 (1), pp.9-39.

Amiguinho, Abílio (2005), Educação em meio rural e desenvolvimento local, *Revista Portuguesa de Educação*, 18(2), pp.7-43

Azevedo, Joaquim (1994), Educação e Desenvolvimento: Uma Viagem à Procura de Novos Horizontes, *Revista Colóquio/ Educação e Sociedade*, 6, 135-158.

(1996), Do paradigma económico ao paradigma do desenvolvimento humano, 50º Aniversário da UNESCO. Porto (Comunicação).

(2000), *O ensino secundário na Europa*. Porto: Edições ASA.

(2009), A educação de todos e ao longo de toda a vida e a regulação sociocomunitária da educação. *Cadernos de Pedagogia Social*, 3, pp.9-34.

(2015). DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E AUTONOMIA DAS ESCOLAS. 2015: O ANO EM QUE SE DÁ MAIS UM PASSO EM FRENTE. Atas do I Seminário Internacional: Educação, Territórios e Desenvolvimento Humano, Universidade Católica do Porto, pp.90-106.

Barroso, João (2013), *A emergência do local e os novos modos de regulação das políticas educativas*, Educação - Temas & Problemas, Évora, 12 e 13, pp.13-25.

Cabugueira, Artur (2000), DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL AO DESENVOLVIMENTO LOCAL, ANÁLISE DE ALGUNS ASPECTOS DE POLÍTICA ECONÓMICA REGIONAL, *Gestão e Desenvolvimento*, 9, pp.103-136.

(2002), Contributos Reflexivos para o Estudo das Relações entre a Educação e o Desenvolvimento, *Gestão e Desenvolvimento*, 11, pp.193-233.

Cardoso, Jorge (2011), *O conhecimento nas comunidades*, in Rodrigues, Luis., Martins, José, Fernandes Tiago (Orgs.), *Manual de Cooperação para o Desenvolvimento*, pp.333-343. Oeiras, INA Editora.

Caleiro, António (2009), Educação e Desenvolvimento: que tipo de relação existe? *Economia, Sociologia e Desenvolvimento Rural: Livro de Atas do I Encontro Luso-Angolano*, Universidade de Évora, pp.135-159.

Cremin, Peadar, Nakabugo, Mary (2012), Education, development and poverty reduction: a literature critique, *International Journal of Educational Development*, 32, pp.499-506.

Fernandes, António (2014), *Contextos de intervenção educativa local e a experiência dos municípios portugueses*, in Machado, Joaquim, Alves, José, (Coord.), Municípios, educação e desenvolvimento local. Projetos educativos municipais, pp.25-61, Vila Nova de Gaia, Fundação Manuel Leão.

Gómez, José, Freitas, Orlando & Callejas, Germán (2007), *Educação e desenvolvimento comunitário local*, Porto, PROFEDIÇÕES.

Muñoz, José & Gairín, Joaquin (2015), *El protagonismo de los municipios en el desarrollo educativo: Propuesta de un modelo e instrumento para su análisis*, REICE. Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación, 13(2), pp.147-161.

Nussbaum, Martha (2000), *Women and Human Development: The Capabilities Approach*, New York, Cambridge University Press.

OECD/UNESCO (2002), *Financing Education: Investments and returns*, Paris, OECD Publications/ UNESCO Publishing.

OECD (2011), *Education at a Glance 2011: OECD Indicators*, OECD Publishing.

Pinhal, João (2014), *Regulação da educação: Os municípios e o Estado*, in Machado, Joaquim, Alves, José, (Coord.), Municípios, educação e desenvolvimento local. Projetos educativos municipais, pp. 8-14, Porto, Universidade Católica Editora. Recuperado de <http://www.uceditora.ucp.pt/resources/Documentos/UCEditora/PDF%20Livros/Porto/Municipio%20Territorio%20Educa%C3%A7ao.pdf> em 18 de junho de 2017.

Reis, José (1998), *Interior, desenvolvimento e território*, in Pinto, José Madureira & Dornelas, António (Ed.), *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior*, Lisboa: Imprensa Nacional.

Saúde, Sandra, Lopes, Sandra & Machado, Filomena (2016), *Carta Educativa do Município de Alvito*, IPBeja/Câmara Municipal de Alvito.

(2017), *Plano Estratégico Educativo do Município de Alvito*, IPBeja/Câmara Municipal de Alvito.

Sen, Amartya (1997), Development thinking at the beginning of the 21st century, Paper presented at a Conference on Development Thinking and Practice of the Inter-American Bank, Washington, DC, September 3-5.

Simões Lopes, António (2006), *Encruzilhadas do desenvolvimento: Falácias, dilemas, heresias*, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 75, pp.41-61.

Walker, Melanie & Unterhalter, Elaine (Eds.) (2007), *Amartya Sen's Capability Approach and Social Justice in Education*, New York, Palgrave Macmillan.